

**FACULDADE SÃO JUDAS TADEU  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JENNIFER SANDRA DA SILVA**

**A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL.**

**RIO DE JANEIRO  
2015.2**

**FACULDADE SÃO JUDAS TADEU  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JENNIFER SANDRA DA SILVA**

**A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL.**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade São Judas Tadeu como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da professora Mary Wanyza dos Santos Denberg.

**RIO DE JANEIRO  
2015.2**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**JENNIFER SANDRA DA SILVA**

### **A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL.**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso à Faculdade São Judas Tadeu como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Orientadora Mary Wanyza dos Santos Denberg  
Faculdade São Judas Tadeu

---

Prof. Alexandre Tavares dos Santos  
Faculdade São Judas Tadeu

---

Prof. Rubem Roberto Magalhães de Souza  
Faculdade São Judas Tadeu

Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 2015.

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família que esteve comigo em quaisquer fossem os momentos da minha vida, que me apoiaram quando eu precisei, mas principalmente a minha mãe que sempre esteve ao meu lado não importando qual fosse à dificuldade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que me ajudaram de forma direta ou indireta na conclusão do curso como um todo, aos meus companheiros de turma que me apoiaram e passaram todas as fases desse trajeto ao meu lado.

## **EPÍGRAFE**

**Cogito, ergo sum. (RENÉ DESCARTES, 1637)**

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo relatar à evolução da contabilidade no Brasil. A contabilidade já existia desde a existência do homem através de controles informais. No início a contabilidade tinha como seu principal objetivo controlar o patrimônio que possuíam. Nos dias atuais século XXI, a contabilidade além de controlar o patrimônio, busca gerar informações úteis para tomada de decisão. A metodologia aplicada se deu por intermédio de pesquisas bibliográficas, documentais, históricas e descritivas. Verificou-se que a contabilidade surgiu juntamente à civilização humana e foi se desenvolvendo como ciência evolutiva e que mudanças ocorreram tanto na profissão quanto na contabilidade.

**Palavras-Chave:** Mudanças na Contabilidade, Início da contabilidade, História da Contabilidade, Evolução da Contabilidade, Contabilidade no Brasil.

## ABSTRACT

This work aims to report the evolution of accounting in Brazil . The accounting has existed since the existence of man through informal controls. Earlier accounting had as its main objective to control assets they had. Nowadays twenty-first century , accounting besides controlling equity , seeks to generate useful information for decision making . The applied methodology was given through literature searches , documentary , historical and descriptive. It was found that the accounts came together to human civilization and has been developed as evolutionary science and what changes have occurred both in the profession and in accounting

**Keywords:** Changes in Accounting Home Bookkeeping , Accounting History , accounting evolution , Accounting in Brazil



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
REFERENCIAL TEÓRICO .....	11
1.0 – História da Contabilidade. ....	11
1.1– Escolas de Contabilidade .....	14
1.1.1 – Contismo .....	14
1.1.2 – Personalismo .....	14
1.1.3 – Controlismo .....	14
1.1.4 – Neocontismo .....	15
1.1.5 – Aziendalismo .....	15
1.1.6 – Patrimonialismo .....	15
2.0 - A Evolução da Contabilidade no Brasil .....	18
CONCLUSÃO .....	32
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	34

## INTRODUÇÃO

Desde seu início histórico, a contabilidade, juntamente a história da civilização humana, onde ambas se comportaram e agiam de forma empírica, onde a informação era escassa e o conhecimento também já era efetuado práticas contábeis, como o controle de matérias de primeira necessidade que se tinham, como alimento ou vestimenta e em manter esses bens. O homem, em um primeiro momento entendia que era importante controlar o que ganhava para mantê-lo ou multiplica-lo, ali nascia à contabilidade.

Com o decorrer dos anos mudanças iam ocorrendo na civilização humana afetando a contabilidade e em quem se utilizava dela. No Brasil, a contabilidade nascia com a vinda da família Real Portuguesa, com a ampliação do comércio a abertura dos portos, ao passar dos anos, o cenário contábil ia se padronizando, sendo regulamentado, um profissional específico, qualificado para exercer as práticas eram criados, então chamados de “guarda-livros”, os contadores. Contabilidade e contador foram mudando com a influência do meio em que estavam, com as necessidades que possuíam, até os dias que vemos atualmente, onde existe uma internacionalização da contabilidade decorrente da globalização, que como um processo de integrou tanto culturalmente, socialmente e economicamente diminuindo barreiras entre países, logo, permitia ao Brasil uma internacionalização, mas para isso, mudanças foram necessárias, padronizar era necessário. E mais uma vez a contabilidade, evoluía graças ao meio em que estava inserida, provando ser uma ciência evolutiva.

Sendo analisado também nesta monografia, não só o início dos tempos, mas também em como a contabilidade evoluiu até o cenário atual. Onde mudanças implicaram que se iniciaram de forma empírica, atendendo a necessidade momentânea, que em um momento era controlar o que se tinha, após tributar o comércio e hoje muito mais voltado para o lado empresarial. Verificando em que nível a contabilidade alcançou com o passar dos anos e em que momento o Brasil passou a ter uma contabilidade unificada.

O ponto de partida para o início desta monografia se deu na vontade de conhecer o início da vida do contador e que como a contabilidade surgiu. Portanto, o que motiva a realização deste trabalho é elucidar os estágios e evoluções que a

classe vem sofrendo com os anos. Abrangendo desde o início do século até os dias atuais, identificando elementos que revelam em como a Contabilidade está ligada ao homem e a sociedade e em como ela corresponde às demandas.

## REFERENCIAL TEÓRICO:

### 1 – HISTÓRIA DA CONTABILIDADE.

Historicamente, a contabilidade pode ser considerada tão antiga como a civilização humana. Há evidências que existam práticas contábeis há 6.000 (Seis mil) anos antes de Cristo, com os povos, Fenícios, Egípcios, Gregos, Babilônicos, Romanos e civilizações das mais antigas.

Na Bíblia, que é considerado pelo homem o livro mais antigo, na passagem de Jo, encontra-se descrito no primeiro capítulo do versículo três “E era seu gado sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas juntas de bois e quinhentas jumentas.” Comprovando que a contabilização já existia desde os primórdios, mesmo que não fossem avançados os recursos matemáticos ou de negócios.

Estando, diretamente ligada às manifestações humanas mais rudimentares que temos conhecimento, como a necessidade de proteção e posse dos recursos que possuíam. Como uma forma de medição, a contabilidade já era usada por povos da região da Mesopotâmia, com anotações registrando a comercialização de trigo existente que acontecia entre os rios Eufrates e Tigres.

Os povos Egípcios, em meados de 2.000 (Dois mil) antes de Cristo, já se atentavam a preocupação de saber quanto se tinha. Negócios do governo, conforme iam possuindo maior valor, maior volume, podendo viabilizar um aumento de suas posses, logo, não era fácil que fossem memorizados já que iam crescendo, então requeriam registros. Vale ressaltar que as compras eram feitas de forma à vista, em um tempo que não existia o crédito. Com o desenvolvimento do papel em forma de papiro e de um objeto que o permitisse a escrita, o cálamo, uma espécie de pena de escrever, esses registros puderam ser feitos mais facilmente, de forma que, quanto mais complexo iam se tornando as transações financeiras o controle ia se refinando.

Segundo Ludicibus e Marion (1999) a existência da contabilidade existe desde o surgimento do que se conhece como civilização. Na época, ainda não havia números como conhecemos nos dias de hoje, nem letras, nem moedas muito menos uma escrita, o que havia era a necessidade de controle.

O homem, para atender essa necessidade se utilizava de pedras, se possuísse um rebanho, poderia com essas pedras, copiar a quantidade de animais de sua posse e assim ter o controle, e o conjunto daquelas pedras era todo o seu

rebanho representado, dessa forma executava o que hoje conhecemos como “inventário”. Junto ao processo de saber quanto se tinha, vinha o processo de manter o que se tinha, logo que, junto às mudanças de estações chegava o frio e posteriormente a neve, era necessário administrar o que se tinha, porque quando a neve se fosse seria preciso averiguar quantos animais não resistiram ao frio intenso, assim obrigando o homem a fazer uma nova contagem, aliado de suas pedras. Era nesse momento que ele conseguia constatar se seu rebanho havia diminuído ou tido um acréscimo, ponderando seu resultado, positivo ou negativo.

Segundo Ludicibus e Marion ( 1999, p. 32),

Se nos tivéssemos moeda, o denominador comum não seriam ovelhas, mas sim o valor em dinheiro. Todavia, o que fica bem claro e que mesmo sem moeda, escrita e numero, a Contabilidade, como inventario, já existia, ficando evidenciado que ela é tão antiga quanto a existência do homem em atividade econômica, ou melhor, quem sabe, do homem sapiente. Esta pode ser chamada de fase empírica da Contabilidade, em que se utilizavam desenhos, figuras, imagens para identificar o patrimônio existente. Com o passar do tempo, o homem começa a fazer marcas em arvores e pedras, podendo, assim, conferir seu rebanho em termos de crescimento, de extravio (perdas) de ovelhas, mortes etc.

Se continuarmos com essa linha de pensamento de Ludicibus e Marion anterior, observarmos como um exemplo que afirme essa constatação um pastor de ovelhas, era preciso que cuidasse e controlasse seu rebanho, que era seu bem de mais precioso valor para que o mesmo prosperasse, continuasse suprindo suas necessidades, então começam os questionamentos como o de como fazer seu rebanho crescer, ou porque o do seu vizinho cresceu em quantidade superior a seu, acarretava a necessidade em separar atividades, fazer divisões de tarefas, criar senso de prioridade. Logo, as pessoas criavam suas riquezas de forma individual, que se transformava em um legado, que podia se transformar no legado da família e passado de pai para filho como uma herança que o mesmo devia zelar e cuidar para continuar prospera, já que era o patrimônio da família. O termo “patrimônio” começou a ser usado com mais frequência, mesmo que não fosse apenas aquilo que havia sido herdado.

A escrituração também já era feita, na Babilônia, por exemplo, a prática era feita com tábuas em argila, em seus templos havia escritórios com uma pessoa determinada como “chefe de escrituração”. Santos (2004) relata que em pesquisas arqueológicas foi encontrado um livro apenas para escrituração, nomeado, o “Livro

de Contas da Corte Real” onde como uma espécie de diário os bens assim como a sua entrada era registrada. Ainda na Babilônia, a cobrança de taxas a títulos de impostos já se faziam, onde já havia uma prática de comércio, atividade como compra e venda troca, os comerciantes necessitavam de um acompanhamento do que variavam em seus bens, com cada transação feita, trocas essas que mesmo de forma simples eram registradas, evitando o esquecimento de dívidas e o controle.

A história da contabilidade é associada e representada por um vocabulário rico que desde os primórdios vem sendo um ponto forte e importante na organização da área contábil. Segundo Ludícibus (1997), esse vocabulário vem na maior parte de suas palavras do período da Renascença entre 1300 à 1700, período que ocorreram fatos como o primeiro registro em um sistema completo de escrituras por partidas dobradas e a grande ligação entre a matemática e a contabilidade através do livro do Frei Franciscano Luca Pacioli, que se baseia nesse sistema de partidas dobradas com o raciocínio nos lançamentos contábeis. As palavras débitos, créditos, razão, balanços, lançamentos de diário e balancetes são palavras resultantes do período da renascença. Na Itália surge a palavra contabilidade chamada de contabilitá, a palavra créditos surgiu do significado da palavra credo, que está ligado na fé dos cristãos no credo dos apóstolos, a palavra significa algo que se pode acreditar, se referindo a pessoas como credor, em sua origem latina é chamado de credere. O vocábulo patrimônio se originou através do termo de herança onde a ideia de um bem ou um legado era deixado por um indivíduo e era passado aos seus herdeiros e não dissolvido, logo esse termo chamado patrimônio passou a ser usado para qualquer valor, mesmo valores que não foram herdados. A nomenclatura cheques veio da Inglaterra no período onde se cobravam seus primeiros impostos, a teoria veio através de fichas colocadas em um pano xadrez indicando em um quadrado o dinheiro que a pessoa deve e no outro quadrado o dinheiro pago, se tornando uma espécie rude de partidas dobradas.

Não se pode atribuir a uma civilização o invento da Contabilidade, ou há um tempo específico o que percebesse é que ao longo dos anos a contabilidade, de uma forma natural se desenvolvendo conforme o homem necessitava dela. Segundo Hendriksen e Breda (1999, p.39)

[...] O primeiro registro de um sistema completo de escrituração por partidas dobradas e encontrado nos arquivos municipais da cidade de Genova, Itália, cobrindo o ano de 1340. Fragmentos anteriores são encontrados nas contas de Giovanni Farolfi & Companhia, uma empresa de mercadores de Florença em 1299-1300, e nas de Rinieri Fini & Irmaos, que negociavam em feiras e eram famosos em sua época na região de Champagne, na França.

O raciocínio contábil foi um advento de escolas de doutrina de contabilidade, que passaram a difundir o ensinamento contábil. Um dos responsáveis por essa difusão foi o Frei da igreja católica, Pacioli, que ficou grandemente conhecido por editar um livro sobre o método das partidas dobradas, livro esse que foi adotado mundialmente. Existiram algumas principais escolas doutrinárias, são elas: Escola italiana, escola alemã, escola americana, e escola neopatrimonialista.

## 1.1 – Escolas de Contabilidade

Acredita-se que de acordo com o perfil da época ensinamentos contábeis foram introduzidas por algumas escolas, sendo notado como a pioneira delas e Escola Italiana de Contabilidade. De acordo com Rodrigues, (2004) teve seu surgimento entre os séculos XIII e XIV, ganhou repercussão por todo o território Europeu, com a obra de Frei Luca Pacioli, um revolucionário no campo da Contabilidade, o responsável por difundir o ensinamento contábil, mesmo período onde surgiu o método das partidas dobradas, na Itália, sendo exposto no livro do Frei Luca Pacioli em 1494, intitulado “Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita” destacam-se algumas características mais relevantes da escola italiana, sendo descritas abaixo:

- 1.1.1 - Contismo – Tem a definição de Contabilidade como uma ciência de contas. Sua figura principal era Luca Pacioli, graças a comercialização entre a Europa e as Índias havia a necessidade de controlar as transações que eram feitas.
- 1.1.2 Personalismo – Entende a contabilidade pela visão de gestão das entidades, enfatizando a relação entre os membros da entidade jurídica com a finalidade contábil.
- 1.1.3 Controlismo – Controle é a palavra, limita a ciência contábil com propósito de controlar entidades, observando critérios econômicos. Desenvolveu como uma forma primária formas de avaliar patrimônio, inventários, avaliar seus bens, fazer orçamentos e demonstrar resultados.

1.1.4 Neocontismo – Teve como característica mais atenuante a separação entre contas de passivo e ativo, condição líquida no balanço, entende a ciência como um estudo da situação patrimonial e das movimentações decorrentes de uma gestão empresarial, influenciando assim suas contas.

1.1.5 Aziendalismo – Administrar entende a contabilidade como uma ciência capaz de administrar qualquer entidade. Seu resultado era visto como um fenômeno econômico de sua empresa.

1.1.6 Patrimonialismo – Entende a contabilidade como um estudo da dinâmica, do estudo da estática e da demonstração do patrimônio.

Segundo Martins (2007), a Escola Alemã deriva-se em parte das necessidades crescentes dos usuários da Contabilidade em informações contábeis em vários setores de uma sociedade, entre os séculos XIX e XX. A evolução ocorreu devido alguns fatores, tais como:

- Aceleração constante da concentração das companhias.
- De um desenvolvimento de mercados financeiros.
- Expansão de grupos empresariais.
- Crises sociais decorrentes de período de guerra e pós-guerra.

A Escola Alemã, sobretudo, significou uma contribuição importantíssima no processo de comunicação da contabilidade.

Empresas como multinacionais, por exemplo, requerem acionistas, para conseguirem grande capital, assim, com mais pessoas envolvidas na contabilidade, havia a necessidade de estabelecer teorias para uma prática contábil que se equiparasse. Com ideia de que houvesse uma interpretação correta das informações, pelos acionistas que investiram no capital ou por outros que estivessem interessados, em qualquer região do mundo.

No começo do século XX nascia a escola americana de contabilidade, com grandes corporações. Caracteriza-se pela praticidade na resolução de problemas econômicos e administrativos. (Rodrigues, 2004).



Transformou-se em uma das mais significativas, influentes e importantes escolas de contabilidade do mundo, ditaram regras que iam a questões como contabilidade de custos, controladoria, análise das demonstrações contábeis, gestão financeira, controle de orçamento. Têm objetivos, para o fornecimento de dados, tanto sobre os recursos e obrigações da entidade como das mudanças que os recursos da entidade apresentam, visando qualificar as informações de sua contabilidade para os usuários. Dentro as suas contribuições, destacam-se: A informação contábil passando a ser utilizada como forma de tomada de decisões, a padronização da contabilidade, os principais personagens deste segmento de escola foram: Hatfield, Sprague, Littleton, Moonitz e Hatfield.

Estas correntes, também evoluíram no Brasil, por volta dos séculos XVI e XVII, com maior intensidade a partir do século XIX, com a vinda da Família Real. O Brasil não possui uma escola de contabilidade com origem predominantemente brasileira, foi baseada primeiramente na escola italiana e posteriormente na escola norte-americana, que persiste aos dias atuais.

Na primeira fase, quando ainda se utilizava do método italiano na contabilidade brasileira, datado de 1915 à 1964, tendo alguns autores apresentaram destaque, como por exemplo, Carlos de Carvalho, Frederico Herrmann Júnior e Francisco D' Auria, atualmente ainda seguindo essa linha de pensamento da escola italiana destacava-se o professor Antonio Lopes de Sá.

Na segunda fase, fase de influência da escola norte-americana, tendo início em 1964, ano de destaque para o professor José da Costa Boucinhas, a principal consequência dessa mudança de linha de pensamento está aliada a chegada de empresas multinacionais no Brasil, onde esse novo capital que estava sendo injetado levava ao usuário da contabilidade uma mudança da sua visão e perspectiva, abaixo alguns aspectos que influenciaram essa mudança.

Escola Italiana de Contabilidade	Escola Norte-Americana de Contabilidade
1. Excessivo Culto à Personalidade: grandes mestres e pensadores da Contabilidade ganharam tanta notoriedade que passaram a ser vistos como “oráculos” da verdade contábil.	1. Ênfase ao Usuário da Informação Contábil: a contabilidade é apresentada como algo útil para a tomada de decisões, evitando-se endeusar demasiadamente a contabilidade; atender os usuários é o grande objetivo.
2. Ênfase a uma Contabilidade Teórica: as mentes privilegiadas produziam trabalhos excessivamente teóricos, apenas pelo gosto de serem teóricos, difundindo-se ideias com pouca aplicação prática.	2. Ênfase à Contabilidade Aplicada: principalmente à Contabilidade Gerencial. Ao contrário dos europeus, não havia uma preocupação com a teoria das contas, ou querer provar que a Contabilidade é uma ciência.
3. Pouca importância à Auditoria: principalmente na legislação italiana, o grau de confiabilidade e a importância da auditoria não eram enfatizados.	3. Bastante Importância à Auditoria: como herança dos ingleses e transparência para os investidores das Sociedades Anônimas (e outros usuários) nos relatórios contábeis, a auditoria é muito enfatizada.
4. Queda do nível das principais faculdades: principalmente as faculdades italianas. Superpovoadas de alunos	4. Universidades em busca de qualidade: grandes quantias para as pesquisas no campo contábil, o professor em dedicação exclusiva, o aluno em período integral valorizaram o ensino nos Estados Unidos.

Figura 1 - Comparação de duas escolas. Fonte: Iudícibus & Marion (2002, p.36)

## 2.0– A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL.

Historicamente, o Brasil começou a se utilizar de ferramentas de contabilização após a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, na época Colonial, onde, em 1530 as Alfândegas surgiam ano que marcava uma evolução na sociedade Brasileira, uma necessidade de um controle contábil para as Alfândegas que se desenvolviam. Para suprir esse controle, foi em 1549 que Portugal nomeava Gaspar Lamego como o controlador dos armazéns alfandegários, com essa posição, ocupava a função como o primeiro Contador em território Brasileiro.

Foi no dia 16 de julho de 1679, com um documento nomeado “Carta Régia” foi criado a Casa dos Contos, um órgão que estava incumbido de fiscalizar e processar as despesas e receitas do Estado, porém só ganhou sua autonomia quando João I reinava.

Alguns fatos proporcionaram um desenvolvimento econômico, como por exemplo, a abertura dos portos para nações amigas, assim o Brasil colônia passava a comercializar e importar produtos; foi criado o Banco do Brasil, dando origem a moeda local, ao papel moeda.

Ocorria um desenvolvimento além de econômico social no período, obrigando que existisse um controle melhor das contas do Estado, para isso foi implantado o órgão Erário Régio, introduzindo o método das partidas dobradas, que já era praticado em Portugal. O órgão tinha um Inspetor Geral, um procurador fiscal e um contador, que eram responsáveis por realizar toda a arrecadação financeira, fiscal e administrativa.

Na data de 24 de dezembro de 1768 em Portugal tornava-se obrigatório a escrituração contábil, já no Brasil a primeira escrituração oficial e emissão de relatórios ocorriam em 1808, pelo Príncipe D. João VI, conforme texto em Carta emitida:

Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores.

Carta essa, que dizia sobre escrituração de contas, que a partir daí só podia ser realizada por profissionais estudados, que tivessem feito aulas de comércio, aulas essas que eram oferecidas no Brasil, com origem de Portugal, essas aulas tinham como principal objetivo preparar os funcionários do comércio para o exame feito na Junta Comercial.

Essas aulas de Comércio, em um decreto de 1808 do Príncipe Regente D. João VI.

Sendo absolutamente necessário o estudo da Sciencia Econômca na presente conjuntura..., e por me constar que José da Silva Lisboa [ futuro Visconde de Cairu ]... Tem todas as provas de ser muito hábil para o ensino daquela sciencia sem a qual se caminha ás cegas e com passos muito lentos,... lhe faço mercê da propriedade e regência de uma Cadeira e Aula Pública, que por este mesmo Decreto sou servido criar no Rio de Janeiro (p.155)

Em 15 de julho de 1809 as Aulas de Comércio no Brasil eram oficializadas, nomeando o primeiro professor, o Sr. José Antônio Lisboa, ficou conhecido como o visconde de Cairu, nascido na Bahia no ano de 1756. Em 1905 ganhou uma fundação que o homenageada, criada na Bahia a Fundação Visconde de Cairu, que ali formaria futuros especialistas comerciais habilitando jovens para cargos como chefes de Contabilidade e cónsules, fundação esta que ainda é atuante atualmente.

Porém, mesmo com os investimentos no ensino e os estímulos, o ensino não apresentava um desenvolvimento satisfatório, alguns fatores promoviam tão insatisfação, havia um desinteresse da população em participar das aulas, elas não eram vistas como algo promissor.

Em 1843 ocorreu a primeira tentativa de introduzir a arrecadação de imposto de renda. Havia uma escassez de mercado nacional já que a prática de importação para atender necessidades locais era mais forte do que a exportação, logo a balança comercial apresentava uma situação desfavorável, daí surgiu a necessidade de arrecadar tributos daquilo que era importado.

De acordo com Martins e Silva (2007) em 21 de outubro do mesmo ano, 1843, era estabelecida a Lei de Orçamento, onde ficava fixado o imposto sobre mercadorias vindas para o território nacional, titulado de “contribuição extraordinária”, mas só vigorou de 1843 a 1845. Seria esta a primeira implementação oficial de Imposto de Renda.

Martins e Silva (2007, p.113) destacam “é revigorado o imposto de 3% sobre os vencimentos e introduz o imposto de 1,5% sobre os benefícios que as sociedades anônimas distribuíam, anualmente, aos acionistas”.

Em 1850, o Imperador D. Pedro II, tentava regulamentar os procedimentos contábeis, onde as entidades eram instruídas a escriturar seus livros, mostrar sua movimentação patrimonial, conforme Lei 556 do Art. 290:

Art. 290. Em nenhuma associação mercantil poderá se recusar aos sócios o exame de todos os livros, documentos, escrituração e correspondência, e do estado de caixa da companhia ou sociedade, sempre que o requerer; salvo tendo-se estabelecido no contrato ou qualquer outro título da instituição da sociedade, as épocas em que o mesmo exame unicamente poderá ter lugar.

Nessa regulamentação, ficaria estabelecida a necessidade de uma matrícula oficial dos profissionais, na Junta do Comércio, em livros, deixando claro que o profissional que não fosse incluído ao livro seria considerado inapto para exercer a função, o que impedia que o mesmo fizesse escriturações, laudos e contas. A lei que regulamentava a profissão também proibia que casas de negócios fossem contratar profissionais que não estivessem aptos.

Em 1869 era criada a “Associação dos Guarda-Livros da Corte”, fato que era oficialmente reconhecido pelo Decreto Imperial nº 4.475. Constituía como profissional liberal do Brasil, o primeiro, denominado Guarda-livros.

OFFERECE-SE huma pessoa com boa letra para apromptar alguma escripturação mercantil, ou para ajudar algum outro escripturario. Annunciem ou procurem na rua do Ouvidor n. 63.

**GUARDA-LIVROS**  
que sabe bem fallar, escrever, e francez, e escripturação por partidas simples e dobradas, offerece-se para alguma casa de commercio; quem precisar dirija-se a esta typographia em carta fechada com as iniciaes F. G. H.

Um guarda-livros era o que se pode identificar como um profissional atuante de Contabilidade era ele quem era responsável por elaborar os trabalhos da

empresa, como confeccionar os contratos, fazer o controle da renda que saísse ou entrasse, como forma de pagamentos ou recebimentos, criava correspondência e fazia toda a parte de escrituração. Para passar a praticar tal função era exigido que o profissional tivesse domínio de línguas, como português e francês, além de uma caligrafia perfeita.

Em 1907 a Escola de Comércio Álvares Penteado, que ganhou esse nome para homenagear seu principal fundador e colaborador. Essa escola então seria a responsável pela formação de diversos professores de contabilidade, os primeiros, alguns deles ganharam destaque na área como Francisco D' Auria e Frederico Herrmann Junior.

Em 1919 nascia o Instituto Paulista de Contabilidade, originado pelos alunos da Escola de Comércio Álvares Penteado, que mais tarde foi transformado no Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.

A profissão de Contador só foi regulamentada em 30 de junho de 1931 no Diário Oficial de União, com Decreto publicado em 9 de julho de 1931. Contudo, só foi possível obter o ensino superior na área em 1945 com a criação da primeira faculdade.

De acordo com Fagundes (2011), uma data significativa para as mudanças, foi em 1940 quando se criava a primeira Lei das Sociedades Anônimas, que estabelecia:

- Regras para distribuição de lucros e apuração.
- Regras para mensuração de ativos
- Determinação de padrões nas publicações de balanços
- Normatização da criação de reservas
- Determinações nas publicações dos lucros e perdas.

Em 27 de maio de 1946 era criado o Conselho Federal e o Conselho Regional de Contabilidade, CFC e CRC, respectivamente, com Decreto de Lei nº 9.295, decreto assinado pelo Presidente da República Gaspar Dutra, Carlos Coimbra da Luz, Gastão Vidigal, Negrão de Lima e Ernesto de Souza Campos, definia algumas atribuições específicas aos guarda-livros e contadores. Na época, a criação de CFC e CRC vinham com objetivo de moralizar e disciplinar a profissão, deixando claro que para a realização das práticas seria necessário o conhecimento específico e que existiam normas que deveriam ser seguidas pelos profissionais que a exerciam.

A contabilidade brasileira desde seu início procurava formas de lidar com uma balança desfavorável, ganhou reconhecimento mundial em como lidava com a inflação, sendo chamado de Escola da Correção Monetária. Em 1958 por intermédio da Lei nº 3.470 ficava facultativo as entidades se fazerem da utilização de índices para correção monetária, índices que eram fixados a cada dois anos pelo Conselho Econômico Nacional. Então, já era possível a correção de seus ativos bianualmente. Foi esta lei que introduzia a ideia de correção monetária para uma rápida associação ao Brasil.

Em 1964, José da Costa Bouzinha introduzia o método de ensino que passou a ser anotado, Norte-americano, se baseava no livro “Introductory Accounting” dos autores Finney & Miller. Começava então as mudanças didáticas para o ensino contábil, autores italianos e escolas italianas passaram a serem trocados por autores norte-americanos.

Em 13 de dezembro de 1971, era criado o IBRACOM – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, foi criado com o objetivo de ajudar a divulgação e criação de Normas e Procedimentos de Contabilidade e Auditoria. O IBRACOM é o órgão brasileiro responsável por representar, diversas entidades internacionais, como:

- IASC – International Accounting Standards Committee (Comitê Internacional de Normas Contábeis), este comitê é um aglomerado de medidas internacionais.
- IFAC – International Federation of Accountants (Federação Internacional de Contadores), é um órgão internacional que anuncia orientações sobre o exercício da profissão contábil e patrocina os Congressos Internacionais de Contabilidade.
- AIC – Associação Interamericana de Contabilidade é uma entidade com o objetivo de unir os profissionais contábeis para um intercâmbio continental para que haja uma comunicação entre os mesmos para desenvolver normas internacionais e desenvolvimento da profissão.

Em 1971 era elaborado o Livro de introdução à contabilidade, pelos professores de Contabilidade e Ciências Atuariais da Faculdade de Ciências econômicas e administrativas da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Livro esse que se transformou em referência nacional e começou a ser usado em quase todos

os cursos de Ciências Contábeis no Brasil, influenciando assim, toda uma geração de futuros contabilistas brasileiros.

No ano de 1964 no dia 16 de julho, era expedida a Lei nº 4.357, que trazia consigo a obrigatoriedade na correção monetária e no capital de entidades jurídicas. Segundo Franco (1996, p.4) "... foi recebida com muita reserva e até com algumas críticas, em virtude de seus objetivos nitidamente fiscalistas". Lei essa, que muito foi criticada, porém foi de extrema relevância, pois resolvia ao menos uma parte dos problemas com as distorções enormes que eram feitas nos relatórios, distorções essas, causadas pela inflação. Também instituía uma melhor avaliação de ativos imobilizados, onde a prática de depreciação tornava-se utilizada, trazendo para a empresa uma realidade da situação de seus bens.

No ano de 1965, a Lei nº 4.728 regulamentava o mercado de capitais brasileiro e criava o Auditor Independente.

No ano de 1981 o Conselho Federal de contabilidade emitia a Resolução CFC Nº 529-81, disciplinando as práticas contábeis e normas brasileiras.

A contabilidade brasileira, com o passar dos anos se ligava com os dispositivos legais, assim tornando possíveis as evoluções da área.

Os princípios contábeis, conhecidos atualmente; entidade, oportunidade, continuidade, atualização monetária, registro pelo valor original, prudência e competência, apareceram no ano de 1993, com a resolução CFC nº 530-81.

Foi dado o nome de globalização para um processo socioeconômico, cultura, social e político que viabilizou a diminuição das barreiras existentes entre os países, onde tudo pode ser acompanhado em tempo real com a ajuda da internet. Graças a isso a contabilidade pôde ganhar dimensão internacional, empresas puderam abrir seu capital para o mundo. A contabilidade sempre ia evoluindo a passos junto com a humanidade, e com a globalização não foi diferente. Segundo Ludícibus (2004)

Em termos de entendimento da evolução histórica da disciplina, é importante reconhecer que raramente o "estado da arte" se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional, e social das sociedades analisadas, em cada época. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações. (p.307)

O Brasil se insere nesse novo cenário, com isso é preciso que as empresas se moldem a nova realidade, é preciso que a situação contábil brasileira se adeque as



internacionais para que possa competir e ganhar confiabilidade no universo financeiro, mesmo que aos poucos, as empresas brasileiras seguiram a nova realidade assim como seus colaboradores, com a confiabilidade na contabilidade brasileira é mais provável a quantidade de investimentos feitos em empresas brasileiras.

Em 28 de dezembro de 2007 era promulgada a lei 11.638/07, que entrava em vigor em 01 de janeiro de 2008. Conforme a globalização ia afetando o cenário contábil brasileiro, havia a necessidade de padronizar as demonstrações realizadas no Brasil para melhorar a forma em que as demonstrações brasileiras seriam apresentadas internacionalmente a viabilizando uma compreensão de investidores tanto nacionais quanto internacionais, dessa necessidade surgiu a lei 11.638/07 e as normas internacionais de contabilidade, as IFRS- International Financial Reporting Standard e as IAS *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).

O Brasil, acompanhando a internacionalização, graças à lei 11.638/07 sofreu impacto em sua estrutura empresarial, em suas demonstrações e em todos os profissionais envolvidos. Essa lei validava o papel do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que é uma instituição independente, nascida em 2005 já com as características exigidas pela lei 11.638/07.

A lei 11.638/07 trouxe mudanças, entre elas em relação a Lei das S/A – Sociedades Anônimas, como as citadas logo abaixo:

- Substituiu as demonstrações de origens e aplicação de recursos – DOAR, pela DFC – Demonstração de fluxo de caixa. (art.176, IV)

As S/A de capital fechado passaram a dever publicar suas DFC'S e caso fossem de capital aberto, além da DFC deveriam publicar DOA – Demonstração do valor adicionado, que de acordo com a NBCT, a DOA é a demonstração responsável por elucidar de forma simplificada os dados e informações do período.

- Passariam a existir dois grupos de contas conforme o art. 178  
Passando a existir ativo circulante e não circulante, separando os bens intangíveis, e contas de curta ou longa liquidez, afetando também o passivo que passava a também ter divisões de circulante e não circulante e além separando contas de ajuste patrimonial, reservas de lucro, estruturando o patrimônio líquido em capital

social, reserva de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reserva de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

- Criação de reserva para incentivos fiscais.

Como a contabilização realizada diretamente no ano do exercício, assim estabelecido no art.195<sup>a</sup>.

Antes da criação da lei 11638/07 os benefícios fiscais concedidos pelo governo era contabilizado na conta de reserva de capital que são contribuições recebidas dos proprietários ou de terceiros que não representam receitas ou ganhos e que, portanto não devem transitar por contas de resultado exemplos: ágio na emissão de ações, incentivos fiscais, correção monetária do capital realizado.

A lei 11.941/09 foi formulada em 2009, contraponto alguns fatores da lei 11.638/07, atualizando parte de seu conteúdo e introduzindo novos conceitos na legislação contábil brasileira, podendo finalmente permitira convergência das normas brasileiras as internacionais. Oliveira (2009) defende que:

Nesse contexto, as pessoas jurídicas optantes pelo Lucro Real, que optaram ao RTT no ano calendário de 2008-2009 ou ainda no ato obrigatório em 2010, com base na IN RFB 941/09, são obrigadas a escriturar o Controle Fiscal Contábil de Transição denominado "FCONT". Esse por sua vez, é um aplicativo (software) que será disponibilizado no portal da Receita Federal do Brasil a partir de 15/10/2009 e deverá ser entregue ao ente até 30/11/2009 (apenas às pessoas jurídicas do Lucro Real que optaram ao RTT). O FCONT é uma escrituração, das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis aplicados pela legislação tributária, ou seja, é uma conversão da contabilidade "societária" para a contabilidade "fiscal". As empresas optantes ao Lucro Presumido que porventura optaram ao RTT ou ainda, obrigadas em 2010 a informar o RTT, até o presente, a norma não ofereceu nenhuma informação para a entrega de nova obrigação, como ocorre com as empresas do Lucro Real. única informação que a INRFB 949/09 afirma é que, as pessoas jurídicas optantes pelo Lucro Presumido, deverão guardar a memória de cálculo; com base nessa determinação, nossa sugestão é que, a pessoa jurídica nessa forma de tributação, guarde em planilha eletrônica as regras e cálculos de convergência. (p.298)

No artigo 16 da lei 11.941/09, ficava estabelecido que empresas suscetíveis ao RTT – Regime Tributário de Transição, que foi uma medida provisória nº449/08 que em 27 de maio de 2009 se transformaria na Lei 11.941/09. Essa nova lei estabelecia que empresas que foram afetadas pelas modificações trazidas pela lei

11.638/07 deveriam modificar seus critérios de reconhecimento de receitas, custos, despesas na apuração do lucro do exercício. Sendo uma lei, em aspectos fiscais complementares a lei 11.638/07.

Em uma visão geral, as Leis 11638/07 e 11941/09 são complementares.

Para Oliveira (2009):

Os impactos oferecidos pela Lei 11638/09 e 11941/09 são amplos não estão apenas na esfera do critério de contabilização e outros como já citados neste artigo. Em nosso entendimento a amplitude chega-se até ao SPED Contábil uma vez que a INRFB 787/07 determina que as empresas de Lucro Real, observadas as regras da norma, são obrigadas a entregarem o SPED até 30 de junho do exercício seguinte. Assim, aos que optaram ao RTT no ano calendário 2008-2009, optantes do Lucro Real, entende-se que aos que entregaram o ECD – Escrituração Contábil Digital – em 30 de Junho de 2009, tais informações entregues ao fisco esteja com base nas normas contábeis em vigência, observadas as notas explicativas detalhando a adoção da Lei 11638/07 e 11941/09. (p.273)

A globalização encarretou a influência em diversos países, trazendo alterações na contabilidade, de acordo com Sá (2007) a globalização influencia diretamente as atividades contábeis no Brasil, de forma negativa e positiva.

Também levando a divulgação do conhecimento contábil, possibilitando até que países de menor porte, em desenvolvimento, pudessem ter acesso a mais informações e melhorar sua situação empresarial, isso faz com que todo pesquisador possa se aprimorar, reter conhecimento com as mudanças em relação a práticas, normas, e conceitos.

Essa possibilidade a um conhecimento contábil mais apurado trouxe benefícios tanto a economia quanto ao desenvolvimento dos países, como Dolabella (1996) observou a adoção aos padrões internacionais, permitiu uma integração maior com a economia mundial.

A convergência para os padrões internacionais de Contabilidade identifica um grande passo para a valorização da Contabilidade dos países em termos de mais eficiência contábil e valorização da economia nacional. Desta forma a globalização da economia é um fenômeno irreversível que ultrapassa o campo da economia e das relações financeiras. Globalização tem sido a palavra-chave para a Economia nos anos 90 e isso não é diferente para o Brasil.

Diante destes fatos a harmonização da globalização com a Contabilidade se torna inegável e inevitável. Porém, Feitosa (2001) nos mostra que: “a padronização

de uma estrutura global para as demonstrações contábeis tem avançado, mas ainda não é uma realidade.” Desta forma cada dia mais os países se adequam ao padrão internacional, as alterações nas normas contábeis acontecem a todo o momento caminhando para uma possível unificação futura.

A globalização provocou avanços tecnológicos, provocou avanços nos países que passaram a adotar as novas normas, com a diminuição das distancias, foi facilitada a troca de informação e a contabilidade juntamente também foi afetada. A linguagem contábil não era homogênea, existia uma variação enorme entre os países, mas foi através da globalização que o Brasil, assim como o resto do mundo conseguiu estreitar as diferenças existentes, facilitar a comunicação e trazer os olhos do mundo para o Brasil.

Esses dois acontecimentos vinham para normatizar nossa contabilidade junto as demais, e especificamente a criação da CVM para normatizar o mercado mobiliário brasileiro. Para atingir tal fato a CVM sempre que percebia a necessidade emitia algumas novas normas, como uma forma de sanar possíveis dúvidas quanto às práticas e procedimentos contábeis e até mesmo determinar um tratamento contábil especial em alguma situação.

Devido esses fatores se deu necessária uma harmonização contábil Brasileira, se iniciando em 1976. Ano esse que marcou historicamente a contabilidade do país, graças a dois grandes acontecimentos:

1. A divulgação da Lei das Sociedades por Ações
2. Criação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

Algumas deliberações citam os motivos que levaram a criação de envio de normas a CVM.

- As práticas contábeis internacionais admitem a capitalização, sendo como parte integrante do custo do imobilizado ou mesmo dos estoques de longa maturação, dos juros decorrentes de financiamentos, por terceiros, aplicados na sua construção ou produção;
- A necessidade, cada vez mais premente, de harmonização dos procedimentos contábeis adotados no Brasil com essas práticas internacionais. (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 1996).

Nas empresas, o desenvolvimento tecnológico provocou com que fosse necessária a busca de maior eficácia, aperfeiçoamento dos métodos administrativos e contábeis existentes, fazendo com que especializações fossem buscadas.

No Brasil, existe uma lei, a 11638/07 de convergência das normas contábeis para as normas IFRS (International Financial Reporting Standards), fato esse de importante valor, pois o país promovia uma significativa valorização da contabilidade, seus setores de finanças ganharam mais eficiência e a sua economia foi mais valorizada.

Braga (2003) afirma que o mercado acabou se transformando, cada vez mais competitivo, já que não existem mais barreiras continentais. Contudo, funcionários e gerentes são exigidos de mais informações para aprimorar suas qualidades profissionais e interpessoais. O ambiente empresarial, que se tornou mais competitivo entre as empresas, desafiador e muito exigente, assim sendo necessária mais eficiência e eficácia.

A Contabilidade é considerada objetivamente um sistema de informação, destinada a evidenciar as informações de que seus usuários necessitam, apresentando as demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, e física com relação à entidade objeto de contabilização (CREPALDI, 2007). A interpretação das demonstrações contábeis é interessante não só para análise de fim de exercício como também para atividade administrativa normal. Os administradores e os acionistas podem encontrar nas demonstrações contábeis uma fonte em relação à situação corrente da empresa (BRAGA, 2003).

No começo da carreira evolutiva do contador, ele era o responsável por fazer os registros necessários para a vivência da empresa, aquele quem contabilizava e preparava o relatório para os gestores, um entendedor de débito e crédito, com uma vivência quase sistemática, nos últimos anos, o perfil do profissional sofreu mudanças, seu comportamento precisou ser moldado, sua conduta aprimorada, seu leque de conhecimentos ampliado, porque a contabilidade passou por mudanças, mudanças essas que refletiram imediatamente em seus usuários passando por uma profunda transformação.

Pode-se observar que no período antes da globalização, o profissional da área funcionava como uma ferramenta, um intermédio de gestão, porém no período de globalização essa postura precisou ser lapidada o transformando em um todo da empresa não apenas uma das partes dela. O papel do contabilista mudou drasticamente, a evolução é inevitável e foi preciso que os profissionais se adaptassem a nova realidade.

O contador moderno retém diversos conhecimentos, sobre todas as áreas da empresa, conhecedor de todas as camadas que ali estão presentes.

O contexto atual dos países exige cada dia mais esforço e determinação para que se adaptem rapidamente as constantes mudanças, a disputa no mercado internacional pressiona, aguça a competitividade e não aceita indecisões, o contador moderno necessitou além do conhecimento técnico da área, precisou ter mais iniciativa, visão de futuro, habilidade de tomada de decisões.

De acordo com Silva (2003, p. 03).

O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais à tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber o presente e prever eventos futuros pode ser compreendido como fator preponderante ao sucesso empresarial.

Porém por muito tempo o contador vinha sendo visto pelos empresários como um funcionário indireto do governo, apenas para cálculos e preenchimentos de guias e formulários para atender o fisco, essa foi a maior injustiça causada à profissão, dentro da evolução contábil ocorrida no Brasil, afetando comércio e serviços. Esse profissional tem obrigação de mostrar a sociedade o quanto a profissão injustiçada, mostrando que as informações prestadas pela contabilidade são de importância inquestionável para a tomada de decisão.

Segundo MARION (2001, p. 39) o contador:

Deve desempenhar aqui um papel importante nas negociações inter-regionais, assessorando, pesquisando, trazendo informações e elementos que assegurem o fluxo de informação contínua, que leva a uma tomada de decisão racional, devendo oferecer um serviço socialmente útil e profissionalmente eficiente, que não seja apenas fruto da experiência e da formação universitária recebida, mas também de seu compromisso de incrementar e renovar constantemente o caudal de seus conhecimentos em prol da unidade regional.

Assim sendo, o profissional da área contábil é um agente de mudanças, e como tal esse profissional deve mostrar suas diversas habilidades. O contador é o detentor de informações, tornando-se seu profundo conhecedor, podendo desta forma atuar em sua continuidade e crescimento.

Ferreira (2007, p. 2)

Por intermédio da contabilidade, o administrador de uma empresa, ou até mesmo de uma residência, pode, por exemplo, gerenciar melhor os recursos disponíveis, obter informações úteis planejamento de suas atividades, saber o custo do que é produzido ou consumido, apurar o lucro ou prejuízo, controlar e reduzir despesas, aumentar receitas e prevenir e identificar erros e fraudes.

A contabilidade é o corpo e a alma da empresa, a profissão tem, portanto, de avaliar e reconhecer até onde ela pode atender às expectativas da sociedade, sempre crescentes, adaptando-se às novas situações, seu crescimento será assegurado. Isso exigirá constante comparação entre as expectativas da sociedade e a capacitação dos membros da profissão para atender a essas expectativas. Ela terá, portanto, de atualizar constantemente seus conhecimentos para justificar sua afirmação de que pode atender às necessidades da sociedade..

Na atualidade, os contadores passam por diversas mudanças em um mercado de transformações, cheio de altos e baixos, com uma economia cheia de turbulências. Esse mercado com o passar do tempo cresce de forma acelerada, assim, teremos que nos adequar a essas mudanças que sempre vem em nossa direção. Há algum tempo atrás fomos considerados e tratados como meros guarda-livros, mesmo com o passar do tempo ainda continuam usando a mesma expressão, utilizada a contadores no passado.

A contabilidade com as novas perspectivas do mercado vem crescendo o conceito social. A contabilidade vem sendo redescoberta como o melhor instrumento para avaliar a gestão pública e a privada. Ter números confiáveis e indicadores precisos é decisivo na hora de escolher estratégias numa empresa ou num governo.

Por isso, é importante manter a qualidade no atendimento e serviços. Como diferencial em relação à concorrência, o contador deve traçar um diagnóstico correto da situação real do empreendimento, de forma a estabelecer estratégias adequadas para o cliente atingir suas metas e objetivos. Apenas a prática não habilita o profissional a superar a concorrência. É imprescindível que ele faça o acompanhamento diário das mudanças econômicas e financeiras. Além disso, é fundamental que ele busque especialização e atualização profissional que pode se da através de cursos, leitura e análise de noticiários, boletins e mapas fiscais.

Poucas profissões proporcionam tantas possibilidades de atuação profissional quanto à de contabilidade. A amplitude do mercado de trabalho para o profissional da área contábil vem aumentando dia após dia, pois as organizações e seus

gestores – tanto do setor privado quanto do setor público – estão percebendo que a informação contábil constitui-se em fator fundamental para o sucesso na gestão. O contador é o profissional formado, preparado e habilitado legalmente para gerar e interpretar as informações contábeis que darão suporte ao processo de gestão e as tomadas de decisões no ambiente organizacional.

O contador não pode ficar limitado ao desempenho da função, deve sim, estar sempre preparado para participação na tomada de decisão, visando identificar e corrigir as dificuldades e adversidades que surgem ao longo do caminho, através de ações empreendedoras baseadas nas informações geradas pela contabilidade.

O contador deve estar no centro e na liderança deste processo, pois, do contrario, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. O contador deve saber comunicar-se com as outras áreas da empresa para tanto, não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve ter formação cultural acima da média, inteirando-se do que aconteceu ao seu redor, na sua comunidade, no seu Estado, no país e no mundo. O contador deve participar de eventos destinados à sua permanente atualização profissional. O contador deve estar consciente de sua responsabilidade social e profissional.

O profissional da área contábil tem responsabilidades nas informações de todas as operações realizadas em uma empresa, bem como mostrar se as decisões tomadas foram adequadas ou não, precisa estar preparado para atender às necessidades atual de uma economia globalizada.



## CONCLUSÃO

A contabilidade evoluiu juntamente com a humanidade. A contabilidade surgiu auxiliando o homem no controle de seus bens, mesmo antes dele ter o conhecimento de que aquilo era uma prática contábil, mas com o passar dos anos, assim como a civilização humana foi crescendo, nasciam novas necessidades, novas demandas, até 1808 quando em território nacional brasileiro, graças a vinda da família Real Portuguesa, transformando Brasil em colônia de Portugal e abrindo os portos, que conseqüentemente ampliava o quadro de comercio, a necessidade de controle de bens apresentava maior dimensão, surge então um profissional específico para a realização das práticas contábeis, titulado como “guarda livros”, que hoje como conhecemos como contadores e apresentam papel significativo e atuante no cenário atual. Contudo, a contabilidade é uma ciência evolutiva, e o que exerceu maior consequência nessa evolução foi a internacionalização, decorrente à globalização, que fazia com que o mundo se transformasse como um sistema integrado, obrigava assim que a contabilidade adotasse padrões que pudessem ser entendidos por qualquer lugar do homem, influenciando também os profissionais que a praticavam, um contabilista que antes da globalização tinha um papel muito mais direto e talvez até mecânico, pós a globalização precisou se tornar um profissional mais completo, que tivesse conhecimentos abrangentes para adotar um papel mais vivo e atuante no mercado.

A internacionalização da contabilidade, um dos maiores saltos evolutivos da área resultou em um processo convergência na área, visto que diversos países passaram a comunicar-se, então precisaram “falar a mesma língua”, mesmo que apenas em suas Demonstrações, acarretando uma maior transparência como consequência direta nas demonstrações. Obrigando que todas as empresas e órgãos brasileiros se convergissem ao padrão internacional. O mais vantajoso dessa mudança foram os novos conceitos que se criaram, na forma em que a contabilidade é encarada, o empresário brasileiro, vê a contabilidade de forma muito simplória, não dando sua devida importância, mas se ambientando com investidores estrangeiros, que sabem valorizar a relevância da contabilidade, tem ali uma oportunidade de absorver conhecimento, de quem sabe até mudar sua forma de ver a contabilidade.

Conforme, a internacionalização ia progredindo, o Brasil ia se normatizando, trazendo benefícios para a consolidação da contabilidade brasileira perante o mundo, o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, entidade que publica pronunciamentos para auxiliar a contabilidade brasileira na equiparação aos padrões internacionais. Empresas que tem por objetivo usar a contabilidade para seu crescimento, graças a internacionalização tem essa possibilidade, se adequando ao novo cenário, é um processo de transição, que só traz benefícios para quem se utiliza dele, já que para continuar ativa é necessário atender as exigências impostas.

Conclui-se que a contabilidade evoluiu muito ao passar dos anos, mas também quem a exerce, classe contábil, obrigando que a postura da classe se modifica-se assim como a sua área de conhecimento estava se modificando. Não bastando apenas ser conhecedor da geração de tributos específicos da área, mas também um detentor de informações que ajudem o empresário a crescer e progredir no século XXI. Hoje, ocupa espaço daquele responsável por orientar e interpretar dados para uma futura tomada de decisão, e não apenas gerar estes dados. O profissional contábil do século XXI está mais aberto as constantes atualizações e mudanças de sua área de trabalho, visto que seu campo de atuação o impulsiona a novos desafios e o possibilita em galgar posições de quem sabe futuramente um destaque significativo dentro de uma esfera empresarial que impactou diretamente na estrutura e no tratamento as informações à contabilidade no Brasil, trazendo a contabilidade nacional a um quadro de proximidade com a internacional. Harmonizou os padrões contábeis, já que o cenário internacional exigia uma conciliação das informações. Portanto, a internacionalização da contabilidade no Brasil, além de uniformidade nas informações, acarretou em uma melhora na transparência e compreensão, facilitando a comparabilidade de informações divulgadas, excluiu a diferença em resultados gerados pelo reconhecimento contábil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Hugo Rocha. *Balanço contábil de 2002: realidade ou ficção?* Revista Pensar Contábil, Conselho Regional de Contabilidade, Rio de Janeiro, n. 9, fev/abr 2003, p. 2-3.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Legislação da Profissão Contábil. Brasília: CFC, 2003.*

CREPALDI, S. A. *Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática.* 3 ed. São Paulo: Atlas. 2007.

DOLABELLA, M. M. *Globalização e Contabilidade: Modelos Contábeis de Avaliação das Empresas Multinacionais.* Contab. Vista & Rev. Belo Horizonte, v.7, n.2, p. 29-39. 1996

FERREIRA, Ricardo. *Contabilidade Básica: Finalmente você vai aprender contabilidade* – 4. Ed. Rio de Janeiro, 2007.

FEITOSA, A. *A Globalização da Economia e a Necessidade de Harmonização Contábil.* 2001.

FAGUNDES, Jair Antonio. Teoria da Contabilidade. Disponível em: <<http://www.jair.fema.com.br/apostilaeartigo.htm>. Acesso em 02 Jun 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. *Teoria da Contabilidade.* São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade.* 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

\_\_\_\_\_, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade.* 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_, Sergio de.; MARION, Jose Carlos. *Introdução à Teoria da Contabilidade.* Sao Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Introdução à teoria da contabilidade,* 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IFRS E CPCS - A NOVA CONTABILIDADE BRASILEIRA: *Impactos para o profissional de RI.*Campinas: PriceWaterhouseCoopers, v. 1, n. 1, 12 out. 2010.

Marion, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu; LOPES, Alexsandro Broidel. *Teoria da Contabilidade: nova abordagem*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA A. S., *Os impactos da lei 11638/07*. Disponível em:  
<http://www.blogcontabil.com.br>. Acesso em: 28 Out. 2012.

RODRIGUES, Márcia. Teoria da contabilidade. In: FUMEC. Disponível em:  
<http://www.fumec.com.br>. Acesso em: 18 mai. 2004.

SANTOS, A. de O. et al. *Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras*. Rev. Contabilidade Finanças. São Paulo: v. 12, n. 27, Dec. 2004.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. *Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade: Orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. São Paulo: Atlas, 2003.